



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

12.ª Sessão Data 22/04/2020

Posto de vistas Ver. *Beandro*

pautado para próxima sessão.

Presidente

Senhor Presidente;

Senhores vereadores:

Requerimento nº

116/20

Preocupada com o equilíbrio fiscal e atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande – IPMPG, a Associação dos Servidores Municipais de Praia Grande me procurou e ofereceu, a partir de estudo, proposta estabelecendo alíquota escalonada em contraponto à Lei Complementar aprovada em primeira discussão na sessão legislativa passada.

A proposta inicia com a redução da alíquota dos atuais 12% para 9% para os menores salários, chegando a 19% para vencimentos acima de R\$ 25.000,00.

Analisei detidamente a proposta da Associação. A ideia de escalonar as contribuições, obedecendo o determinado no artigo 11 da emenda Constitucional nº 103/2019, parece ser uma boa alternativa para evitar, que a cada mandato, esta Casa seja obrigada a discutir dois ou três aumentos de alíquota e, na prática, reduzir do salário líquido do funcionalismo.

Porém, ao analisar os dados contidos no Portal da Transparência do IPMPG conclui que o Instituto não precisa de dinheiro e está em excelente situação fiscal.

Minha conclusão tem base no fato de que, entre 2014 e 2020, o Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande pagou mais de R\$ 500 mil de despesas de viagens, diárias e adiantamentos.

Na verdade, foram R\$ R\$ 533.514,89. Estamos no quarto mês do ano e, apesar da pandemia, em 2020 o IPMPG já gastou mais de R\$ 12 mil em despesas com viagens, diárias e adiantamentos

Apenas para efeito de comparação, a importância seria suficiente para pagar mais de 485 meses de aposentadoria para um servidor cujos proventos sejam de R\$ 1.100,00. Quatrocentos e oitenta e cinco meses, senhora e senhores, são mais de 40 anos!



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em pouco mais de seis anos a superintendência do IPMPG gastou, com viagens, diárias e adiantamentos, o equivalente a 40 anos de salário de um servidor.

Diante dos fatos, enquanto a superintendência do IPMPG não justificar cada centavo gasto com viagens, diárias e adiantamentos, esta vereadora votará contra qualquer aumento de alíquota a ser descontada dos servidores.

Senso assim, **REQUEIRO à Mesa**, depois de ouvido o douto Plenário, as seguintes informações:

1. Quais cidades foram visitadas entre os anos de 2014 a 2020?
2. Nomes dos locais de hospedagem entre os anos de 2014 a 2020?
3. Relatório detalhado e individualizado (por pessoa) das despesas pagas pelo IPMPG sob o título "Despesas com diárias, viagens e adiantamentos" entre os anos de 2014 a 2020;
4. Relatório detalhado e individualizado das atividades realizadas durante as viagens entre os anos de 2014 a 2020;
5. Relatório detalhado de temas tratados nas viagens realizadas entre os anos de 2014 e 2020;
6. Cópias de passagens aéreas e notas fiscais de todas as despesas com locomoção custeadas pelo IPMPG entre os anos de 2014 e 2020;
7. Relatório detalhado, com os devidos comprovantes, de despesas com combustível em Praia Grande e fora da cidade pagas pelo IPMPG entre os anos de 2014 e 2020;



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

8. O IPMPG tem convênio com algum posto de combustível? Caso afirmativo, fornecer nome, endereço e CNPJ do estabelecimento;
9. Quais pessoas ou veículos são autorizados abastecer às custas do IPMPG? Fornecer nome e CPF, no caso de pessoa, e a placa, quando se tratar de veículo.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 22 de abril de 2020.


JANAINA BALLARIS
VEREADORA